

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Taxa de ocupação hoteleira ficou acima dos 80%

Bauernfest bate recorde de ônibus de turismo

A 36ª Bauernfest chegou ao fim neste domingo (13), depois de 17 dias de celebração da cultura alemã. A segunda maior festa do gênero no país, teve mais 500 ônibus e vans de turismo. Nos três fins de semana da festa, foram 1.592 veículos, 28,4% a mais do que o registrado no ano passado. A estimativa é que o Palácio de Cristal tenha recebido mais de meio milhão de

visitantes durante a Festa do Colono Alemão. No sábado (12) e domingo (13), foram 551 ônibus e vans de turismo adesivados nos dois pórticos da cidade, seguindo pelas Rotas Azul (Quitandinha) e Verde (Bingen), direto para o Palácio de Cristal. No primeiro fim de semana a cidade recebeu 394 veículos e no segundo (tradicionalmente o mais movimentado) 647.

Ocupação hoteleira

O reflexo do movimento de turistas se reflete também na ocupação hoteleira. A rede de hotéis da cidade ficou com taxa de ocupação acima dos 80% durante os três fins de semana. No último fim de semana da festa, de acordo com dados do Disque Turismo, a taxa média ficou em 83,28%. Ao

longo dos 16 dias de evento foram mais de 200 atividades culturais na cidade, entre apresentações musicais, de dança folclórica, teatro, palestras e concursos culturais. No último fim de semana da Festa do Colono Alemão uma das principais atrações foi o desfile típico pelas ruas do centro.



Raphaella Cordeiro

Reunião apontou os avanços para o Memorial

MPF realiza reunião sobre Memorial da Casa da Morte

O Ministério Público Federal (MPF) realizou, na última semana, reunião, na cidade de Petrópolis (RJ), sobre a futura implantação de um centro de memória no imóvel conhecido como Casa da Morte. Estiveram presentes representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Universidade Federal

Fluminense (UFF), das Secretarias Municipais de Turismo e de Educação, do Instituto Municipal de Cultura e do Grupo Pró-Memorial Casa da Morte. A reunião, conduzida pela procuradora da República Vanessa Seguezzi, teve como foco a necessidade de integração entre o município e os demais entes envolvidos no projeto.

Andamento do projeto

Durante o encontro, a Coordenadora-Geral de Políticas de Memória e Verdade do MDHC apresentou informações sobre o Termo de Convênio nº 1/2024, firmado entre o ministério e o município, e o Termo de Execução descentralizada com a UFF, responsável pela elaboração do proje-

to. Também foi destacada a importância da posse definitiva do imóvel, atualmente em processo judicial de desapropriação, para a elaboração do projeto museológico e para garantir o caráter participativo da iniciativa. A UFF apresentou o andamento das pesquisas e ações já em curso.

Curso de formação

Ao final da reunião, foram definidas providências práticas, como o envio de documentos pelas instituições envolvidas, a realização de curso de formação para o secretariado municipal e uma nova reunião técnica com as secretarias de Educação e Turismo e

a equipe da UFF. “O Ministério Público Federal tem realizado reuniões periódicas sobre a desapropriação, tombamento e instalação de centro de memória no imóvel atualmente conhecido como Casa da Morte”, citou a Procuradora Vanessa Seguezzi.

CPTrans contesta ação que pede aumento na passagem

Autarquia argumentou que o reajuste não é automático

Por Gabriel Rattes

A Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) apresentou à Justiça uma contestação à ação movida pelas empresas Expresso Brasileiro (Cidade Real), São Luiz (Cidade das Hortênsias) e Turp Transporte, que exigem o reajuste imediato da tarifa do transporte coletivo em Petrópolis. A manifestação, protocolada no último dia 11 de julho, rebate os principais argumentos das concessionárias e defende que o aumento não pode ser feito de forma automática, sem o cumprimento de requisitos técnicos, legais e contratuais.

As empresas de ônibus pedem que a CPTrans e a Prefeitura adotem, em até 30 dias úteis, medidas previstas nos contratos para homologar um novo valor da tarifa, com base em estudo entregue no dia 19 de maio pelo Setranspetro, sindicato que representa o setor. No documento, as empresas apontam que a tarifa técnica atualizada deveria ser de R\$ 6,40. Atualmente, o valor da passagem urbana está congelado desde julho de 2023.

No entanto, a CPTrans afirma que o reajuste tarifário depende do cumprimento de uma série de obrigações por parte das concessionárias, entre elas a prestação de um serviço adequado, regular e universal à população, o que, segundo a autarquia, não está acontecendo. “A tarifa não é um direito automático do operador, é a contrapartida pelo serviço efetivamente prestado ao cidadão”, argumentou o diretor-presidente da CPTrans,



Arquivo TVC

Três pessoas integram nova comissão de licitação

Luciano Moreira, durante audiência especial realizada no dia 25 de junho.

‘Usuário paga mais por menos’, diz CPTrans

Na manifestação judicial, a CPTrans afirma ainda que a lógica do sistema precisa ser revista. “O transporte coletivo não pode continuar sendo um sistema onde o usuário paga mais por menos. Essa lógica que tanto contribuiu para o colapso do setor nas últimas décadas precisa ser revertida”, destacou o representante da companhia.

O parecer do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no entanto, se alinha ao pedido das empresas. O órgão defendeu o deferimento da tutela de urgência, ou seja, que o juiz autorize o reajuste provi-

sório, alegando que as concessionárias enfrentam grave crise econômica. O MP argumenta que, mesmo que o aumento seja impopular, a omissão do poder público em revisar a tarifa sem subsídios adequados também representa uma irregularidade.

Valor da causa também foi questionado

Além de contestar o mérito da ação, a CPTrans também impugnou o valor atribuído ao processo. O sindicato das empresas estimou a causa em R\$ 100 mil, mas a companhia argumenta que o valor é arbitrário e desproporcional, já que a ação trata apenas de uma obrigação de fazer (revisar a tarifa), e não envolve indenizações diretas.

Prefeitura suspende licitação para o Plano de Habitação

Por Gabriel Rattes

A Prefeitura de Petrópolis decidiu reformular o edital da Concorrência Eletrônica nº 16/2025 após acolher parcialmente uma impugnação apresentada por uma das empresas interessadas. O objeto da licitação é a contratação de uma empresa especializada para revisar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), ferramenta essencial para o planejamento urbano e o acesso a recursos federais para moradia.

A empresa Theopratique – LC Dias de Oliveira Construção e Arquitetura Ltda apontou falhas técnicas no edital, destacando a exigência de atestados de capacidade técnica emitidos nos últimos cinco anos e o critério de julgamento baseado apenas no menor preço global. Segundo o representante da Theopratique, “esse tipo de contratação exige conhecimento técnico acumulado e não pode ser tratado como simples prestação de serviço”.

A Prefeitura acatou os argumentos e informou que vai suprimir a restrição temporal nos atestados e reformular o critério de julgamento, que passará a ser por “técnica e preço”. O edital deverá ser republicado com as alterações.

Prazo dado pelo TCE para concluir licitação

Apesar da reformulação do edital, a Prefeitura de Petrópolis descumpriu o prazo de 60 dias determinado pelo Tri-



Gabriel Rattes/CM

Prefeitura acatou parte dos argumentos, mas descumpriu prazo dado pelo TCE-RJ

bunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) para concluir o processo licitatório. A decisão foi proferida em 03 de fevereiro de 2025 e recebida pelo prefeito Hingo Hammes no dia 18, o que significa que o prazo se esgotou em 19 de abril.

Até o momento, a licitação não foi finalizada. No documento da decisão, o TCE explica que a falta de um PLHIS vigente impede o município de acessar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e compromete a continuidade das políticas públicas para moradia popular.

TCE já havia apontado falhas graves na gestão habitacional

O descumprimento da determinação se soma a um

histórico de omissões apontado em auditorias do próprio TCE-RJ. Em dois acórdãos, o tribunal concluiu que o município não executou a maioria das metas previstas no PLHIS de 2012, que deveria ter vigorado até 2023.

Das 31 metas estabelecidas naquele plano, apenas cinco foram integralmente cumpridas. Entre as metas ignoradas estavam a construção de mais de cinco mil unidades habitacionais e a regularização de assentamentos precários.

A Corte também destacou que a ausência de planejamento compromete o enfrentamento de desastres climáticos, como os vividos por Petrópolis em 2022. “A ausência de uma transição organizada entre o antigo e o novo PLHIS evidencia uma falha de gestão que compromete

Para a CPTrans, o valor mais adequado seria de R\$ 10 mil.

Próximos passos

O processo segue em tramitação na 4ª Vara Cível de Petrópolis. Caso a Justiça acate o pedido das empresas, o município poderá ser obrigado a recalcular e reajustar a tarifa nos próximos dias. Porém, se a tese da CPTrans for acolhida, o reajuste dependerá de análise técnica, participação do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes e aprovação final por decreto do prefeito.

Procurado sobre a contestação da Prefeitura, não obtivemos uma resposta do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Petrópolis (Setranspetro) até o fechamento desta edição.

te a efetividade das políticas habitacionais e o atendimento às necessidades da população”, afirmou o conselheiro relator Christiano Lacerda Ghuerrren.

O que diz a Prefeitura?

Procurada, a Prefeitura informou que “a licitação para contratação de uma empresa que fará a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social precisou ser suspensa após um pedido de uma das empresas interessadas em participar da concorrência. O município suspendeu a concorrência temporariamente para a adequação do edital e já está trabalhando para que a nova data da licitação seja marcada o mais breve possível”. Referente ao descumprimento do prazo do TCE, o município não se pronunciou.